



Governo anuncia R\$ 15 bilhões para empresas do Rio Grande do Sul

Ministro do Trabalho defende continuidade de cortes da Selic

Página 12

Taxa de desemprego fica em 7,5%, a menor para o trimestre desde 2014

Página 3

Associações defendem taxaço de pequenas compras internacionais

Associações que representam a indústria brasileira defenderam a taxaço das compras internacionais até US\$ 50. Esses valores são isentos de tributação, mas a Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (28) um projeto que prevê a cobrança de 20% sobre o valor do produto.

A proposta de taxaço das compras foi inserida no projeto de lei que cria o Programa Mobilidade Verde e Inovação, de incentivos à indústria automotiva. O setor deverá se beneficiar da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para estimular a produção de veículos menos poluentes, além de incentivos para investimentos em pesquisa e tecnologias limpas, descarbonização e inovação. O projeto ainda precisa ser apreciado pelo Senado.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) divulgou na quarta-feira (29) nota em que afirma que a proposta melhora as condições para as empresas nacionais. "Embora o imposto de importação estabelecido, de 20%, ajude a estabelecer melhores condições de isonomia tributária com a indústria nacional, não resolve o problema da concorrência desleal no setor", diz o posicionamento.

O presidente da entidade, Haroldo Ferreira, afirma que, se não forem tomadas medidas contra as importações feitas por pessoas físicas por plataformas internacionais, o país corre o risco de fechar postos de trabalho.

A aprovação da taxaço pelos deputados federais é "um importante avanço no debate sobre a necessária busca de isonomia tributária", para a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), para a Associação Brasileira do Varejo Têxtil e de Confecção (Abvtex) e para o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), que divulgaram nota conjunta.

Os representantes das empresas que fabricam e comercializam tecidos pedem ainda que os produtos importados sejam submetidos às mesmas regulamentações de qualidade em vigor para a produção nacional.

A Associação Comercial de São Paulo (ACSP) considera que a alíquota representa um avanço no debate, embora ainda distante do pleito inicial da isonomia tributária.

A Shein, uma das principais plataformas que fazem a intermediação de compras internacionais, criticou a taxaço. Segundo a empresa, a medida vai impactar a população com menor poder aquisitivo que tem acessado produtos mais baratos pela importação direta. (Agência Brasil)

Congresso aprova créditos suplementares que somam R\$ 4,7 bilhões



Foto:Joédson Alves/Arquivo

Página 12

MEC ofertará 80.040 bolsas a estudantes de cursos de licenciatura

Página 4

Saúde da capital lança máquina para acesso gratuito e automático a medicamentos que previnem o HIV

Página 2

Esporte

Matheus Ferreira representa o Brasil na F4 Italiana

A segunda etapa da F4 Italiana será disputada neste final de semana no circuito de Ímola, na Itália, e Matheus Ferreira será o único representante brasileiro entre os 37 pilotos inscritos de 24 nacionalidades diferentes. Ímola recebeu a F1 no último dia 19 de maio e foi palco de diversas homenagens a Ayrton Senna por conta dos 30 anos do legado do piloto. Mesmo sem ter visto o tricampeão mundial de F1 correr, Ferreira se inspira no grande ídolo.

"É sempre especial poder vir correr em Ímola, ainda mais nesse período em que tivemos tantas homenagens para o Ayrton Senna, que é meu ídolo.

Minha estreia aqui foi no ano passado, justamente na minha primeira corrida de F4, então é uma pista especial para a minha carreira. Espero poder conquistar um bom resultado", diz Ferreira, que abriu 2024 sendo destaque na Fórmula Winter Series com vitória e pódios.

Iniciando sua segunda temporada completa na F4 Italiana, Matheus Ferreira chamou atenção em 2023 pelas vitórias conquistadas na preliminar da F1 em Interlagos, quando fez uma participação especial na F4 Brasil conquistando dois triunfos. Agora, voltando a competir na Europa, o brasileiro espera subir na tabela após uma etapa desafiadora em Misano.

"Nosso potencial é de brigar



Matheus Ferreira

lá na frente, sabemos que a F4 Italiana é a mais competitiva do

mundo e com um grid bem grande, então ir bem nos treinos é fun-

damental para largar na frente e fazer boas corridas. O objetivo é justamente esse: fazer um bom qualy para brigar por pódios e vitórias e subir no campeonato", diz Ferreira, que compete pela equipe alemã US Racing.

Os treinos da F4 em Ímola serão iniciados na quinta-feira com testes coletivos e a sexta-feira está reservada para os treinos livres. A classificação será no sábado a partir das 5h40 da manhã e a corrida 1 está marcada para 12h30 no mesmo dia. A segunda prova será no domingo às 4h da manhã e a corrida 3 encerra o final de semana às 10h30 (horários de Brasília). As provas serão exibidas ao vivo no YouTube.

Casa cheia e novo recorde marcam o MOTO1000GP em Curvelo



Largada na GP600 no domingo (26), prova em que Burr marcou o recorde da pista

Foto: MOTO1000GP

No último fim de semana, o Circuito dos Cristais foi palco do GP Curvelo do MOTO1000GP, segunda etapa da temporada 2024 do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade. O evento contou com 20 horas de programação de pista e 12 corridas divididas entre sábado (25) e domingo (26).

Mais uma vez, o público da região central de Minas Gerais surpreendeu com a grande participação no evento, lotando as áreas de paddock e camarotes do Circuito dos Cristais. "Acredito que o evento em Curvelo foi um sucesso. Tivemos excelentes cor-

ridas tanto no sábado quanto no domingo, proporcionando emoção tanto para os espectadores presentes nos circuitos quanto para aqueles que acompanharam pela televisão. Saímos do evento com uma sensação muito positiva e agora estamos nos preparando para voltar a Curvelo em setembro com mais uma grande corrida", declarou Donato Khouri, organizador do evento.

Os fãs de motovelocidade que estiveram no Circuito dos Cristais acompanhando as corridas do MOTO1000GP testemunharam um fim de semana absoluto de Eduardo Burr, piloto da Cesar Barros

Racing, em Curvelo. Burr foi o mais rápido na sexta-feira (24), ganhou as duas corridas e estabeleceu o novo recorde da pista na categoria de 600 cilindradas, com tempo de 1min58s342, média de 130,634 km/h. Anteriormente, o melhor tempo era de Kaká Fumaça, atual campeão brasileiro da categoria, com 1min58s499.

OGP Motul, terceira etapa do MOTO1000GP, será realizado nos dias 29 e 30 de junho no Autódromo de Interlagos, em São Paulo (SP). O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade.

SP libera linha de crédito para apoiar agricultor no combate ao Greening

O Governo do Estado de São Paulo vai oferecer uma linha de crédito para ajudar produtores de citros na prevenção e controle de doenças que afetem seus pomares. É o caso do Greening, uma doença causada por uma bactéria que destrói plantas cítricas, como a da laranja, e a produção da citricultura.

Segundo o secretário de Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piaí, a medida tem foco no produtor que mais sofre com a praga: "Os custos associados à implementação de práticas agrícolas sustentáveis, como o uso de inseticidas específicos e a renovação de pomares afetados, são elevados e muitas vezes inacessíveis para pequenos e médios produtores. Com a disponibilização da linha, SP sai na frente no enfrentamento da praga, maior ameaça à produção de citros no

País e no mundo".

Condições do financiamento As linhas de crédito serão disponibilizadas pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap). As condições da linha são vantajosas ao citricultor paulista, com 300 mil reais disponíveis por produtor, até 96 meses para pagar, carência de 36 meses e juros a partir de 3% ao ano. Para acesso à linha, o produtor deve procurar a Casa de Agricultura de seu município.

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, vem investindo em diversas frentes de combate à praga. Em novembro de 2023, oficializou, por meio de decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas, o Comitê de Combate ao Greening.

O órgão reúne cinco secreta-

rias da gestão estadual, além de produtores e representantes do setor da citricultura. O objetivo é propor políticas públicas, diretrizes, critérios e procedimentos para o controle da doença.

Além disso, por meio do Instituto Biológico (IB-Apta), São Paulo busca novas formas para o controle do psilídeo, inseto transmissor do Greening. A estratégia do IB é utilizar inimigos naturais do psilídeo para seu enfrentamento. Essa técnica de controle biológico promove o equilíbrio entre as pragas e seus inimigos naturais, o que reduz ou até mesmo suprime o uso de defensivos agrícolas nas lavouras e fornece mais opções para as ações de manejo dos citricultores brasileiros.

O controle da doença é de extrema importância para o agronegócio de São Paulo, que é o

maior produtor de laranjas do país. Segundo a Fundecitrus, a citricultura paulista exporta US\$ 2 bilhões por ano. São cerca de 9,6 mil propriedades que geram 200 mil empregos no estado.

De acordo com o Fundo de Defesa da Citricultura, o Fundecitrus, o Greening está presente em todas as regiões citricolas paulistas e em pomares de Minas Gerais e Paraná, além de países da América do Sul e Estados Unidos.

Ainda, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) desenvolve ações sanitárias e de fiscalização. A legislação em vigor estabelece medidas de defesa sanitária vegetal para coibir o comércio ambulante de mudas em São Paulo, em decorrência dos graves danos econômicos às lavouras e pomares comerciais que a prática gera. A CDA ainda con-

duziu trabalhos de educação sanitária a fim de orientar produtores em diversas regiões. Em 2023, mais de 9 mil mudas foram retiradas de circulação.

A CDA lançou também um canal direto para que a população, especialmente os produtores rurais, denunciem pomares de citros abandonados ou mal manejados no estado. A existência desse tipo de pomar, sem controle do vetor do Greening, ou sem erradicação de plantas até oito anos contaminadas com a doença, é problemática para a citricultura, uma vez que atua como fonte de contaminação.

O canal de denúncia tem como objetivo informar à Defesa Agropecuária a localização desses pomares de citros abandonados ou mal manejados, para que sejam feitas ações de educação e conscientização do produ-

tor para que sejam adotadas as medidas necessárias para controle do greening.

De acordo com a Portaria SDA/MAPA nº 317, de 21 de maio de 2021, e com a Resolução SAA nº 88, de 08 de dezembro de 2021, em todos os pomares com plantas de citros, é obrigatória a realização do controle eficiente do psilídeo, e nos pomares com até oito anos de idade, deve ser feita pelo produtor a eliminação de plantas sintomáticas.

Produtores do estado também devem entregar, semestralmente, o Relatório Cancro/Greening que deve ser enviado através do sistema informatizado de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDA-VE) e deve conter o resultado das vistorias trimestrais para cancro cítrico e Greening realizadas em todas as plantas cítricas da propriedade.

Saúde da capital lança máquina para acesso gratuito e automático a medicamentos que previnem o HIV

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) da cidade de São Paulo, por meio da Coordenadoria de IST/Aids, lança durante o final de semana da Parada do Orgulho LGBTQ+ da capital, que ocorre em 2 de junho, um novo sistema de disponibilização das profilaxias pré e pós-exposição ao HIV (PrEP e PEP) por meio de máquinas dispensadoras automáticas.

Essa importante inovação de prevenção ao HIV será oficialmente lançada na Feira Cultural da Diversidade LGBTQ+, no dia 30 de maio, no Memorial da América Latina. A feira é parte das celebrações do mês do orgulho LGBTQ+ e destaca-se por reunir serviços e iniciativas voltadas para a saúde e o bem-estar da comunidade.

Os usuários interessados em acessar as profilaxias poderão realizar teleconsultas por meio do canal SPPrEP - PrEP e PEP online, disponível no aplicativo e-saúdeSP. Após a consulta, a equipe médica emitirá uma receita e acionará o envio de um link via SMS com o QR Code que será lido pela máquina, liberando de forma automática o medicamento prescrito.

As máquinas automáticas estarão estrategicamente posicionadas conforme a avaliação de dados epidemiológicos e levan-

tamento de equipes especializadas com relação às demandas locais na cidade. Ao otimizar a logística e reduzir o tempo de espera, a implantação dos dispositivos facilita o acesso à PrEP e à PEP, que são fundamentais para a resposta da capital à epidemia de HIV.

"A facilidade de acesso proporcionada por essas máquinas automáticas é um passo importante rumo à eliminação do HIV nos próximos anos" afirma Cristina Abbate, coordenadora de IST/Aids da cidade de São Paulo. "Sendo um modelo de inovação na saúde pública, elas acompanham os formatos que melhor se ajustam ao nosso tempo sem deixar de lado as demandas da população".

Feira Cultural da Diversidade e Parada do Orgulho LGBTQ+

No dia 31 de maio, a equipe da Coordenadoria de IST/Aids estará, das 10h às 17h, na Feira Cultural da Diversidade LGBTQ+, que será realizada no Memorial da América Latina. No evento, haverá uma estrutura de 25 metros de comprimento onde serão ofertados ao público, de forma gratuita, testagem rápida de HIV, teste diagnóstico para sífilis (com aplicação de medicamento em caso de resultado positivo) e dis-

tribuição de preservativos internos e externos, gel lubrificante e autoteste para HIV.

Serão disponibilizadas também PrEP e PEP e a entrega da primeira terapia antirretroviral (Tarv) aos usuários que testarem positivo para o HIV. Nesses casos, serão realizados orientações e os exames recomendados pelos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), além de encaminhamentos aos serviços da Rede Municipal Especializada (RME) em IST/Aids para seguimento ambulatorial.

Já no dia 2 de junho, durante a 28ª Parada do Orgulho LGBTQ+ da cidade, a Coordenadoria contará com uma tenda instalada em frente ao Parque Prefeito Mário Covas, com insumos de prevenção sendo disponibilizados na tenda e distribuídos pela avenida Paulista pelos agentes de prevenção.

Além disso, a população poderá conferir durante todo o Mês do Orgulho LGBTQ+ as mensagens de prevenção em comunicações instaladas por toda a extensão da avenida Paulista, somando 36 postes de divulgação.

"A Parada do Orgulho LGBTQ+ é uma oportunidade singular para as ações de prevenção ao HIV/Aids, com a oferta

de serviços a públicos prioritários. Este momento é também uma forma de combate ao preconceito, que é uma das barreiras para o acesso à prevenção e ao tratamento", pontua Abbate.

Também é possível retirar preservativos gratuitos nas unidades da Rede Municipal Especializada (RME) e Unidades Básicas de Saúde (UBSs), bem como em mais de 80 terminais de ônibus municipais e estações de metrô, incluindo a Estação Prevenção, que funciona de terça a sábado, das 17h às 23h, dentro da Estação República (linha vermelha do Metrô).

Para acessar a PrEP e a PEP, além da Estação Prevenção e das unidades convencionais da rede especializada, basta acessar a plataforma SPPrEP - PrEP e PEP online dentro do aplicativo e-saúdeSP. O serviço funciona todos os dias, inclusive finais de semana e feriados, das 18h às 22h.

Durante o período de celebração do orgulho, ainda, a Coordenadoria realiza ações do projeto "PrEP na Rua" voltadas para o público LGBTQ+, com testagem gratuita para HIV e outras ISTs, disponibilização das profilaxias (PrEP e PEP) e distribuição de insumos (preservativos, gel lubrificante e autoteste para HIV).

Nova exposição no CCBB rediscute conceito de subdesenvolvimento

Férias sem fim. Viajar o mundo com meu amor. Nunca mais ter que trabalhar. Voltar para minha terra. Levantar minha mãe para ver o mar. Playstation 5. Essas foram algumas das respostas dadas ao artista visual Randolpho Lamonier que, para construir sua instalação artística, perguntou a diversos brasileiros, de diferentes idades: "Que sonho você realizaria se o problema não fosse dinheiro?".

O resultado foi o que ele chamou de "inventário de sonhos de consumo", uma imensa instalação que reúne as respostas dadas para uma pergunta parecida com essa e que foi colocada logo na entrada do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), na capital paulista. A instalação dialoga com a nova exposição em cartaz no CCBB, chamada de Arte Subdesenvolvida, e que começou na quarta-feira (29).

A mostra pretende discutir o subdesenvolvimento - termo que a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) começou a ser associado a países econômica e socialmente vulneráveis e a apresentar como os artistas brasileiros reagiram a esse conceito na época.

"Essa exposição reúne uma série de trabalhos e documentos de artistas brasileiros e de movimentos culturais feitos entre os anos 30 e começo dos anos 80, que confrontam e respondem de alguma maneira à condição de subdesenvolvimento do Brasil no período", disse Moacir dos Anjos, curador da exposição, em entrevista à Agência Brasil.

"Subdesenvolvimento é um conceito, um entendimento do que era o Brasil naquele momento e que, de alguma forma, molda as políticas econômicas, sociais e cul-

turais do país no período. A exposição tenta olhar a arte e a cultura brasileira da época por esse prisma, colocando em outra camada as visões mais hegemônicas, mais assentadas sobre o que seria arte brasileira naquele momento", disse ele.

O conceito de subdesenvolvimento durou cinco décadas até ser substituído por outras expressões, como países emergentes ou em desenvolvimento. "Até os anos 40, essa ideia de subdesenvolvimento era muito associada a uma condição passageira, como algo que iria ser resolvido ao longo do tempo, embora esse tempo não estivesse determinado. Isso seria resolvido pelo mero crescimento da economia mundial, onde todos iriam chegar à condição de superar as desigualdades ou os problemas que afetavam as condições desses países", explicou o curador.

"Depois dos anos 40 começa a haver consenso de outra ideia sobre o desenvolvimento, não mais como algo passageiro, mas como condição de alguns países. Portanto, chegou-se à conclusão de que para superar essa condição de subdesenvolvimento, era preciso uma intervenção nas estruturas sociais, econômicas e culturais. E para isso o Estado teria papel fundamental. Então, essa ideia de subdesenvolvimento como condição vem atrelada não à passividade, mas a uma necessidade de ação. Os artistas e movimentos culturais responderam a essa situação - por um lado denunciando essa condição; por outro com uma proposição: que país é esse que a gente quer", acrescentou.

A exposição apresenta pinturas, livros, discos, cartazes de ci-

nema e teatro, áudios, vídeos, além de um enorme conjunto de documentos que foram produzidos por artistas brasileiros entre os anos 1930 e 1980, quando houve a transição de nomenclatura e passaram a ser usados termos como países em desenvolvimento ou emergentes.

Para apresentar esses trabalhos, a mostra foi dividida em cinco núcleos cronológicos, todos eles relacionados a um problema em comum: a fome. A escritora Carolina Maria de Jesus, em seu livro Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada, descreveu a fome como capaz de afetar os sentidos da visão, fazendo com o que o faminto enxergue todas as coisas sob uma cor amarela. É por isso que toda a expografia da mostra foi pensada sob essa cor. "O amarelo vem do livro, onde ela [a escritora] fala que, quando as pessoas têm fome, isso afeta os sentidos e começamos a ver tudo em amarelo. Estamos falando sobre fome, que é um tema denso e queremos dar essa imersão, mas, ao mesmo tempo, queremos elevar e motivar as pessoas a trabalhar contra esse processo da fome", disse Gero Tavares, arquiteto responsável pela expografia de Arte Subdesenvolvida.

"A fome é um tema recorrente no trabalho de vários artistas. De fato, a questão da fome atravessa toda a exposição. Ela abre a exposição, nos anos 30, e fecha também a exposição, já no final dos anos 70", disse o curador.

O primeiro núcleo foi chamado de Tem gente com fome e apresenta as discussões iniciais em torno do conceito de subdesenvolvimento. É nesse andar, por exemplo, que a poesia Tem gente

com fome, de Solano Trindade, é recitada por Raquel Trindade: "Tantas caras tristes, querendo chegar, a algum destino, a algum lugar".

O segundo eixo foi chamado Trabalho e Luta e apresenta obras de artistas do Recife, de Porto Alegre e de outras regiões do Brasil onde começaram a proliferar as greves, lutas por direitos e melhores condições de trabalho.

Há também o eixo Mundo em Movimento que apresenta, por exemplo, documentos do Movimento Cultura Popular (MCP), do Recife, e o modelo de alfabetização de Paulo Freire. Já em Estética da Fome são apresentados filmes e outras produções artísticas como a Tropicália e o Cinema Novo.

No subsolo está o último eixo da mostra, O Brasil é meu abismo, com obras do período da ditadura militar e artistas que refletiram suas angústias e incertezas com relação ao futuro. "Esse é o período mais duro e violento do golpe militar, com o AI-5 (Ato Institucional), que vai desembocar em um período mais desesperançoso e perturbado. Nele vamos encontrar outras formas de os artistas responderem a essa situação, formas que se confrontam, inclusive, com os slogans da ditadura militar", disse o curador.

"A exposição sugere que, para a gente superar o subdesenvolvimento, tem que se assumir como subdesenvolvido ainda hoje. Não é a toa que o Brasil voltou ao Mapa da Fome em 2018. A fome é uma questão que está aí. Basta andar pelas ruas das cidades para ver que essa é uma questão ainda muito presente", afirmou Moacir dos Anjos. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesameto.com



CÂMARA (São Paulo)

Chegou o dia [30 maio 2024] da 32ª Marcha pra Jesus, com vereadores cristãos protestantes em São Paulo. Considerada a maior do Brasil e do mundo, o espírito dela contrasta com a parada LGBT, que deve contar com vereadores não protestantes

PREFEITURA (São Paulo)

Mais próximas da realidade, o levantamento da empresa Paraná coloca Ricardo Nunes (MDB) liderando as intenções de votos, enquanto a empresa Datafolha coloca o prefeito e candidato à reeleição em empate técnico com o deputado federal Boulos (PSOL)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Chegou o dia [30 maio 2024] da 32ª Marcha pra Jesus, com deputados cristãos protestantes de todo o Estado. Considerada a maior do Brasil e do mundo, o espírito dela contrasta com a parada LGBT, que deve contar com deputados não protestantes

GOVERNO (São Paulo)

O católico e governador Tarcísio (Republicanos) e o católico prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB) serão as grandes atrações políticas na 32ª Marcha pra Jesus, que segue sendo a maior do Brasil e do mundo, além de seguir sendo dominada por protestantes

CONGRESSO (Brasil)

Chegou o dia [30 maio 2024] da 32ª Marcha pra Jesus, com parlamentares protestantes que são lideranças da chamada bancada evangélica [leia-se das igrejas protestantes]. Ela contrasta com a parada LGBT, onde estarão colegas não protestantes, no [2 junho 2024]

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Nunca antes [após nova Constituição] neste país, a não ser nos períodos das cassações do Collor (1992) e Dilma (2016), um governo como o 3º do Lulismo perdeu tanto [pro Congresso] como agora, apesar do Lula estar negociando diretamente

PARTIDOS (Brasil)

Os donos e sócios das legendas com horário eleitoral garantido na propaganda [rádio e tv] não são preocupados com 'pesquisas' encomendadas pra que os que não terão direito de participar dos debates possam negociar o que não têm pra entregar

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes, que foi filiado ao PSDB e indicado ao Supremo pelo presidente Temer (MDB), sai da presidência do Superior Tribunal Eleitoral. Leva a fama [agora mundial] de quem bateu de frente contra as redes [mídias sociais] por conta das fake news

ANO 32

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (Estado SP), por ser referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Governo anuncia R\$ 15 bilhões para empresas do Rio Grande do Sul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (29), em Brasília, medida provisória (MP) para ampliar o escopo do Fundo Social e disponibilizar recursos para abertura de crédito em locais atingidos por calamidades públicas.

Com isso, até R\$ 15 bilhões poderão ser utilizados em financiamentos para empresas de todos os portes do Rio Grande do Sul, que enfrenta a maior tragédia climática de sua história com chuvas, alagamentos e mortes.

A MP autoriza a utilização do superávit financeiro do Fundo Social para disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas localizadas em entes federativos em estado de calamidades públicas. O fundo reúne recursos gerados pela exploração de petróleo no pré-sal. A operacionalização do crédito será feita em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Nós mudamos o paradigma de tratar de problemas climáticos nesse país a partir de agora. Não apenas o Rio Grande do Sul, mas qualquer região que tiver um problema climático ela terá que ter uma ação especial. É por isso que nós estamos trabalhando a construção de um plano antecipado para que a gente tente evi-

tar que as coisas aconteçam nesse país”, disse Lula, em evento no Palácio do Planalto, para anúncio de novas medidas de auxílio aos gaúchos.

“Nós temos consciência de que muitas vezes, em muitos outros momentos históricos, o governo anunciou medidas, foi cheio de boa vontade, mas depois, passa o tempo, as medidas não acontecem rapidamente, o dinheiro não chega, as obras não acontecem. Então, a nossa preocupação nesse momento é fazer com que não haja qualquer empecilho burocrático que atrapalhe as decisões do governo de acontecerem na ponta”, acrescentou o presidente.

Fundo Social

Os R\$ 15 bilhões do Fundo Social poderão ser utilizados em três linhas de financiamento. A primeira é para compra de máquinas, equipamentos e serviços, com juros de 1% ao ano mais o spread bancário diferença entre taxa de captação do dinheiro pelos bancos e a cobrada dos clientes, com prazo de até 60 meses e 12 meses de carência.

A segunda linha deverá financiar projetos customizados, incluindo obras de construção civil, com a mesma taxa de juros e spread e prazo de pagamento de até 120 meses com carência de 24

meses. O limite por operação desses créditos é de R\$ 300 milhões.

A terceira linha será para ajudar no capital de giro emergencial das empresas, com custo base de 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e de 6% ao ano para grandes empresas mais spread bancário. O prazo será de até 60 meses com carência de 12 meses. O limite por operação é de R\$ 50 milhões MPME e R\$ 400 milhões para empresa de grande porte.

O presidente Lula parabenizou o trabalho dos bancos e do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em fazer com que o dinheiro “chegue na ponta”. Ele cobrou, ainda, a colaboração do Banco Central para a redução da taxa Selic, que são os juros básicos da economia.

“Eu espero que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, veja a nossa disposição de reduzir a taxa de juros e ele, quem sabe, colabore conosco reduzindo a taxa Selic para a gente poder emprestar a taxa de juro ainda mais barata, spread mais barato”, disse Lula.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, destacou que as empresas beneficiadas com as novas linhas de financiamento deverão manter o compromisso com o ní-

vel de emprego.

“Estamos fazendo um esforço conjunto aqui. É preciso envolver o estado, as empresas e os trabalhadores dessas empresas para que a gente tenha uma redução ao máximo do impacto no Rio Grande do Sul”, disse durante o evento com o presidente Lula. “Nós estamos falando de uma linha de crédito, de fato, muito barata”, destacou.

Segundo Durigan, foi convocada para semana que vem uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) para detalhamento e aprovação da medida, “para que essa linha esteja disponível o mais breve possível para as empresas e para os agricultores do Rio Grande do Sul”.

Acesso a crédito

Além das novas linhas de financiamento, Durigan anunciou que as cooperativas de crédito passarão a operar no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) para oferta de crédito subvencionado a pequenas e médias empresas urbanas dos setores industrial, comércio e serviços. Até então, as cooperativas estavam operando apenas o crédito rural.

“Estamos fazendo um ajuste, também via medida provisória,

para que as cooperativas que tenham relacionamento capilarizado no Rio Grande do Sul com as empresas também possam operar o Pronampe para as empresas médias e pequenas das cidades dos vários setores. Isso garante que o nosso objetivo central seja alcançado, disponibilizando ajuda e crédito de imediato”, disse o secretário-executivo.

A terceira medida anunciada pelo Ministério da Fazenda é um aporte adicional de R\$ 600 milhões no Fundo de Garantia de Operações (FGO) para garantia de operações de crédito rural para pequenos e médios agricultores.

Segundo Durigan, agricultores familiares gaúchos atingidos mais de uma vez por eventos extremos das mudanças climáticas estão com dificuldade de acessar as linhas já subsidiadas e “muito baratas” do Pronampe Rural e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“Com esse aporte adicional no FGO, que é esse fundo de garantia, além do recurso disponibilizado para os agricultores, para setor rural, o governo também se compromete com as garantias. Portanto, fazendo reduzir o risco para os bancos que estão operando e fazendo chegar crédito barato mesmo para o agricultor

que está sofrendo por reiteradas vezes com as mudanças climáticas”, explicou.

Pesquisa e inovação

Durante o evento com o presidente Lula, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, também anunciou uma linha de crédito, via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para empresas de inovação que foram financiadas por projeto da Embrapii, BNDES, Lei do Bem ou da própria Finep nos últimos 10 anos.

Serão disponibilizados até R\$ 1,5 bilhão, com cobrança da taxa TR+5%, via operadores, como as cooperativas de crédito, Banrisul e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Metade dos recursos será para micro, pequenas e médias empresas e até 40% do empréstimo poderão ser utilizados em capital de giro associado aos investimentos em infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Além disso, a Finep também lançou edital de R\$ 50 milhões para reparos emergenciais de equipamentos de centros de pesquisa que foram danificados com as enchentes e edital de R\$ 15 milhões para equipamentos pessoais de pesquisadores. (Agência Brasil)

Taxa de desemprego fica em 7,5%, a menor para o trimestre desde 2014

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em abril ficou em 7,5%, o menor para o período desde 2014. O índice é considerado estável em relação ao trimestre móvel terminado em janeiro de 2024 (7,6%) e 1 ponto percentual (p.p) abaixo do apurado no mesmo período de 2023 (8,5%).

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada na quarta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Pnad apura todas as formas de ocupação de pessoas a partir de 14 anos de idade, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

A população desocupada, ou seja, quem não trabalhava e es-

tava à procura de alguma ocupação, ficou em 8,2 milhões, sem variação significativa em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro de 2024, porém 9,7% menor que o apontado no mesmo período de 2023. Isso representa menos 882 mil desocupados.

O número de trabalhadores ocupados chegou a 100,8 milhões, considerado estável em relação ao trimestre terminado em janeiro de 2024. Em relação a 12 meses atrás, houve acréscimo de 2,8%, o que representa mais 2,8 milhões de pessoas com trabalho.

De acordo com a coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, o cenário do emprego no país vem apresentando resultados positivos. “É um mercado de trabalho que segue com redução na taxa de deso-

cupação e expansão no número de trabalhadores”, afirma.

Ela cita dois elementos sazonais no trimestre encerrado em abril que explicam a estabilidade na desocupação em 2024: a redução das perdas de emprego no comércio e a volta da contratação de trabalhadores do setor público nas áreas de saúde e educação, notadamente no ensino fundamental.

“Já na comparação com o ano passado, o cenário é de manutenção de ganhos da população ocupada, trabalho com carteira assinada e rendimento do trabalhador”.

Carteira assinada

O número de trabalhadores com carteira assinada chegou a 38,188 milhões, um recorde da

série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O contingente de trabalhadores sem carteira também foi recorde, chegando a 13,5 milhões.

A taxa de informalidade ficou em 38,7% da população ocupada, o que significa 39 milhões de trabalhadores informais, patamar próximo ao do trimestre móvel encerrado em abril de 2023 (38,9%).

“A informalidade é muito significativa na composição da nossa população ocupada, mas, nos últimos trimestres, tem ficado relativamente estável”.

Rendimento

O rendimento médio do trabalhador ficou em R\$ 3.151, alta de 4,7% em 12 meses. Com isso, a massa de rendimentos, que é a

soma das remunerações de todos os trabalhadores do país, dinheiro que serve para dinamizar a economia, chegou a R\$ 313,1 bilhões, recorde da série histórica e 7,9% acima do mesmo período de 2023.

Entre os motivos para esses números positivos, a pesquisadora do IBGE elenca o crescimento do emprego formal, caracterizado por ter melhores rendimentos, e a volta da contratação no serviço público em atividades ligadas ao ensino fundamental.

Calamidade no Sul

A Pnad divulgada nesta quarta-feira ainda não traz impactos da calamidade causada por temporais que atingiram o Rio Grande do Sul no fim de abril e em maio. De acordo com a coordenadora do IBGE, o instituto fará

esforços para continuar apurando informações da região.

A amostragem da Pnad abrangendo 221,3 mil domicílios visitados trimestralmente em todo o país. Desses, 12,4 mil ficam no Rio Grande do Sul.

“Em alguns locais, a coleta está sendo feita presencialmente. Em casos em que houve dano a pontes, estradas e que não há condições de as equipes chegarem, estamos fazendo tentativa de contato por telefone, obviamente respeitando a disponibilidade do morador”, diz Adriana.

“Embora seja um momento extremamente difícil, é importante que a pesquisa seja feita justamente para retratar os impactos que a calamidade vai causar no mercado de trabalho local”, completa. (Agência Brasil)

Vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 5,72 bilhões em abril

As vendas de títulos públicos do Tesouro Direto a pessoas físicas somaram R\$ 5,72 bilhões em abril, divulgou na quarta-feira (29) o Tesouro Nacional. As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 54,2% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R\$ 7.924,18. No período, os resgates somaram R\$ 3,51 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 2,20 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os indexados à inflação, o Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, Tesouro Renda+ e Tesouro Educa+, que somaram R\$ 3 bilhões em vendas, o que corresponde a 52,4% do total de

títulos vendidos.

Os títulos corrigidos pela Selic (juros básicos da economia), somaram 38,6% das vendas, totalizando R\$ 2,2 bilhões, enquanto os títulos prefixados, o Tesouro Prefixado e o Tesouro Prefixado com Juros Semestrais, totalizaram R\$ 517 milhões, 9% do total.

Segundo o Tesouro, os destaques ficaram para os novos títulos como o Tesouro Renda+, destinados ao financiamento de aposentadorias com R\$ 207,6 milhões em vendas, correspondendo a 3,9% do total, e o Tesouro Educa+, criado em agosto do ano passado e voltado para quem pretende financiar uma poupança para o ensino superior, que somou R\$ 62,1 milhões, corres-

pondendo a 1,2% das vendas.

Nos resgates antecipados, predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R\$ 2,18 bilhões, equivalente a 62% do total de recompras. Os títulos remunerados por índices de preços, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) e juros semestrais, totalizaram R\$ 978,2 milhões, correspondendo a 27,8% do total. Já os prefixados, somaram R\$ 354,3 milhões (10,1%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre 1 e 5 anos, que alcançaram 42,2% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 32,8%, en-

quanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 25,1% do total.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 136,5 bilhões no fim de abril, aumento de 2,5% em relação ao mês anterior, de R\$ 133,3 bilhões.

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque, somando R\$ 67,2 bilhões, ou 49,2% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R\$ 51,1 bilhões (37,4%), e os títulos prefixados, que somaram R\$ 18,2 bilhões, com 13,3% do total.

Quanto ao perfil de vencimento dos títulos em estoque, a parcela com vencimento em até 1

ano representou 23,6% do total e somou R\$ 32,2 bilhões. A parcela do estoque vincendo de 1 a 5 anos foi de R\$ 59,5 bilhões, o equivalente a 43,6%, e o montante acima de 5 anos somou R\$ 44,8 bilhões (32,8%).

Investidores

Em relação ao número de investidores com saldo de aplicações em abril, o Tesouro Direto atingiu a marca de 2.587.713 pessoas, um aumento de 33.774 investidores no mês. Já o número de investidores cadastrados no programa aumentou em 343.305, crescimento de 18% em relação a abril de 2023, atingindo a marca de 28.347.251 pessoas.

“Destaca-se o crescimento da

faixa etária de até 15 anos, com o recente lançamento do Tesouro Educa+. No mês de abril, 3,7% do total de novos investidores cadastrados estava na faixa etária de até 15 anos, comparado com o percentual de 1% de investidores nessa mesma faixa etária no total de investidores cadastrados”, informou o Tesouro.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar a aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa semestral para a B3, que tem a custódia dos títulos. (Agência Brasil)

Com alta de 40,7%, indústria da construção do Paraná cresce o triplo da média nacional

Em 10 anos, a indústria da construção no Paraná cresceu o triplo da média nacional, de acordo com os dados divulgados na quarta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor gerado pelas incorporações no Estado aumentou 40,7% entre 2013 e 2022, enquanto o crescimento nacional no período foi de 13,5%.

Com o aumento no período, o Paraná deixou a 7ª posição nacional em 2013, quando o valor das in-

corporações no Estado foi de R\$ 14,9 bilhões, e saltou para a 4ª colocação nacional em 2022, com R\$ 25,2 bilhões. As informações são da Pesquisa Anual da Indústria de Construção (PAIC) e levam em conta todas as empresas do setor com cinco funcionários ou mais.

Em todo o Brasil, o valor das incorporações das empresas com 5 ou mais funcionários foi de R\$ 396,1 bilhões em 2022, com São Paulo movimentando R\$ 108 bilhões. Na

sequência estão os estados de Minas Gerais (R\$ 52,3 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 27,7 bilhões). O Paraná ficou à frente de estados como Bahia (R\$ 22,3 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 20,9 bilhões) e Santa Catarina (R\$ 19,9 bilhões).

Para considerar todas as empresas do setor, incluindo firmas com menos de cinco funcionários, o IBGE faz uma estimativa de movimentação, sem dados estaduais. Neste recorte, a movimen-

tação total da indústria brasileira em 2022 foi de R\$ 439 bilhões.

A pesquisa aponta que o Paraná subiu da 7ª para a 3ª colocação entre os estados em que a indústria da construção movimentou os maiores valores com obras e serviços de construção. Em 2013, o total dos custos neste tipo de serviço no Estado foi de R\$ 5,8 bilhões e em 2022 o valor total chegou a R\$ 10,8 bilhões, ultrapassando Pernambu-

co, Bahia e Rio de Janeiro.

O aumento no valor movimentado com obras e serviços de construção no Paraná ao longo dos 10 anos foi de 87%. Em todo o Brasil, o crescimento foi de 21,6% e chegou a R\$ 153,4 bilhões em 2022.

Os valores da massa total de salários, retiradas e remunerações no Paraná também cresceram significativamente no período. Com uma alta de 73%, o valor

total saiu de R\$ 2,7 bilhões em 2013 e chegou a R\$ 4,7 bilhões em 2022. No Brasil, o crescimento no mesmo período foi de 13,1%, chegando a uma massa total de R\$ 74,1 bilhões.

Ao todo, o setor emprega 123,5 mil pessoas no Estado, sendo o quinto com mais trabalhadores ocupados no País. No Brasil inteiro, a indústria da construção emprega 2 milhões de pessoas. (AENPR)



MEDELICIS ANÁLISE GENÔMICA S.A.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 11/06/2024. Ficam convocados os Acionistas da Medelicis Análise Genômica S.A. ("Companhia") a se reunirem em AGO ("Assembleia") a ser realizada na sede da Companhia...

ASSOCIAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS TRIBUTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - AAFIT/SP

Associação dos Auditores-Fiscais Tributários do Município de São Paulo - AAFIT/SP, nos termos do artigo 13 do seu Estatuto, estabelecida à Avenida Doutor Vieira de Carvalho, 172, 5º andar, São Paulo/SP, convoca os associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada presencialmente em sua sede...

Ecoaqu Soluções S.A.

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17/04/2024, às 16:00 horas. Data, Hora e Local: Realizada de forma digital aos 17/04/2024, às 16h00, realizada na sede da Companhia. Convocação: Dispensa a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76...

SPREAD PARTICIPAÇÕES S.A.

Edital de 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, em série única, para distribuição pública, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Spread Participações S.A. Ficam convocados os debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, em série única ("Debenturistas")...

TUBOPECAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Convocamos os acionistas a se reunirem em AGE que se realizará no dia 04/07/2024, às 10:00h, na sede social, para apreciação da seguinte pauta: (a) exame, discussão e votação das contas da administração e das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) destinação do resultado do período exercido; (c) eleição da Diretoria e o Conselho Fiscal...

RUMO MALHA CENTRAL S.A.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 29.4.24. Data, Hora e Local: Realizada em 29.4.24 às 09h, na sede social da Companhia. Presenças: Acionistas representando 100% do capital social votante da Companhia. Mesa: Daniel Ruckenberg, Presidente da Mesa; Nicolas de Castro, Secretário da Mesa...

Waelholz Brasmatal Laminção Ltda.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 17/05/2024. Data, Hora e Local: Realizada em 17/05/2024, às 10h, na sede social. Convocação e Presença: Dispensadas face a presença da totalidade dos sócios. Mesa: Sr. Pascal Bernhard Erlmann - Presidente, e Sr. André Luiz Azevedo Guapo - Secretário. Deliberações: Aprovar a redução do capital social da Sociedade, por julgo-lhe excessivo, na forma no valor de R\$ 22.444,39...

INTERCEM PARTICIPAÇÕES S.A.

INTERCEM BRASIL S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, EM 9 (NOVE) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INTERCEM PARTICIPAÇÕES S.A. REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de maio de 2024, às 08:00 horas, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81")...

Table with 2 columns: Data de Pagamento da Remuneração and corresponding dates from 08 de dezembro de 2021 to 08 de dezembro de 2026.

2. Fica aprovada a prorrogação da Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário, prevista na Cláusula 4.3.1, de maneira que a Data de Pagamento do Valor Unitário originalmente prevista para o dia 08 de maio de 2024 seja alterada para o dia 20 de maio de 2024, passando a Cláusula 4.3.1 a ter a seguinte redação: "4.3.1 Amortização das Debêntures. Ressalvadas as hipóteses de amortização extraordinária ou de liquidação antecipada das Debêntures em razão de resgate antecipado ou de vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas consecutivas, sendo que os pagamentos ocorrerão nas datas indicadas na tabela a seguir ("Amortização") (cada uma, uma Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário):"

Table with 3 columns: Parcelas, Data de Pagamento da Amortização, and % Amortizado do saldo do Valor Nominal Unitário. Shows amortization schedule from 20 de maio de 2024 to 08 de dezembro de 2026.

3. O Agente Fiduciário fica instruído a não realizar qualquer cobrança em desconformidade com as deliberações acima, bem como autorizado a praticar, em conjunto com a Companhia, todos os atos e tomar todas as providências estritamente necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, bem como celebrar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes à efetiva celebração, cumprimento e concretização das disposições constantes da presente ata de Assembleia Geral de Debenturistas...

INTERCEM BRASIL S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS REAIS E FIDEJUSSÓRIAS, EM 9 (NOVE) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA INTERCEM BRASIL S.A. REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2024. DATA, HORA E LOCAL: Em 08 de maio de 2024, às 08:00 horas, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81")...

Table with 2 columns: Data de Pagamento da Remuneração and corresponding dates from 08 de dezembro de 2020 to 08 de dezembro de 2026.

2. Fica aprovada a prorrogação da Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário, prevista na Cláusula 4.3.1, de maneira que a Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário originalmente prevista para o dia 08 de maio de 2024 seja alterada para o dia 20 de maio de 2024, passando a Cláusula 4.3.1 a ter a seguinte redação: "4.3.1 Amortização das Debêntures. Ressalvadas as hipóteses de amortização extraordinária ou de liquidação antecipada das Debêntures em razão de resgate antecipado ou de vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas consecutivas, sendo que os pagamentos ocorrerão nas datas indicadas na tabela a seguir ("Amortização") (cada uma, uma Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário):"

Table with 3 columns: Parcelas, Data de Pagamento da Amortização, and % Amortizado do saldo do Valor Nominal Unitário. Shows amortization schedule from 20 de maio de 2024 to 08 de dezembro de 2026.

3. O Agente Fiduciário fica instruído a não realizar qualquer cobrança em desconformidade com as deliberações acima, bem como autorizado a praticar, em conjunto com a Companhia, todos os atos e tomar todas as providências estritamente necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, bem como celebrar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes à efetiva celebração, cumprimento e concretização das disposições constantes da presente ata de Assembleia Geral de Debenturistas...

2. Fica aprovada a prorrogação da Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário, prevista na Cláusula 4.3.1, de maneira que a Data de Pagamento do Valor Unitário originalmente prevista para o dia 08 de maio de 2024 seja alterada para o dia 20 de maio de 2024, passando a Cláusula 4.3.1 a ter a seguinte redação: "4.3.1 Amortização das Debêntures. Ressalvadas as hipóteses de amortização extraordinária ou de liquidação antecipada das Debêntures em razão de resgate antecipado ou de vencimento antecipado, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 8 (oito) parcelas consecutivas, sendo que os pagamentos ocorrerão nas datas indicadas na tabela a seguir ("Amortização") (cada uma, uma Data de Pagamento do Valor Nominal Unitário):"

Table with 3 columns: Parcelas, Data de Pagamento da Amortização, and % Amortizado do Saldo do Valor Nominal Unitário. Shows amortization schedule from 07 de fevereiro de 2023 to 08 de dezembro de 2026.

3. A prorrogação da Segunda Parcela da Remuneração, conforme definido na reatificação da Assembleia geral de debenturistas de 08 de dezembro de 2023, na forma de evento genérico para o dia 20 de maio de 2024. O Agente Fiduciário fica instruído a não realizar qualquer cobrança em desconformidade com as deliberações acima, bem como autorizado a praticar, em conjunto com a Companhia, todos os atos e tomar todas as providências estritamente necessárias para o cumprimento integral das deliberações acima, bem como celebrar quaisquer documentos, necessários, úteis ou convenientes à efetiva celebração, cumprimento e concretização das disposições constantes da presente ata de Assembleia Geral de Debenturistas...

Emergência Participações S.A.

CNPJ nº 10.645.019/0001-49

Relatório da Administração

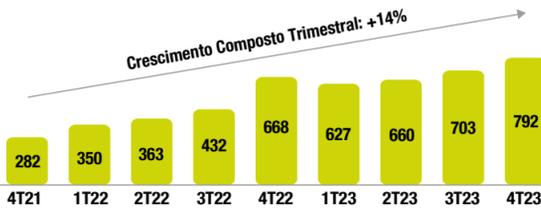
Release de Resultados 4T23 - Ambipar Response: A Ambipar Response tem 4 unidades de Negócio: • **Emergency response:** especialista em gerenciamento de crises e atendimento a emergências ambientais, com comando coordenado por central de controle, gerenciando atendimentos de forma simultânea, escalável e padronizada. Possui 5 campos de treinamento HAZMAT, formando colaboradores segundo normas técnicas do National Fire Protection Association (NFPA), dos EUA), referência no desenvolvimento de normas técnicas para o atendimento de emergências. Conta com Fire Response, para prevenção e combate a incêndios florestais e industriais e Medical Response, serviços de urgência de atendimento médico. • **Marine response:** soluções de apoio portuário, como transporte de pessoas, material e rancho, apoio a dragagem, cerco preventivo e bases de emergências. Oferece também soluções para apoio marítimo, como transporte de materiais para plataformas, combate a derramamento de óleo, *chase-boat* para navios sísmicos, e embarcações para apoio de FPSO (*floating production storage and offloading*). • **Industrial response:** atende a demandas de limpeza, manutenção, descontaminação e tratamento, pintura de tanques industriais e navais, que tipicamente envolvem um ambiente ou material perigoso. Também faz descomissionamento de FPSOs, embarcações, plataformas e plantas industriais. Tem capacidade de fazer estes serviços também para materiais radioativos. • **Environmental response:** reabilitação de fauna e flora, licenciamento, auditoria e diligência ambiental, remediação de solo, estudo de riscos, elaboração e execução de programas de monitoramento ambiental. Equipe formada por biólogos, oceanógrafos, geólogos, geógrafos e engenheiros.

RS\$ milhões	4T23	4T22	Var.	3T23	Var.	2023*	2022	Var.
Receita Bruta	791,7	667,8	18,6%	702,6	12,7%	2.781,9	1.813,3	53,4%
Deduções	(51,2)	(35,5)	44,2%	(61,5)	-16,7%	(191,9)	(128,4)	49,5%
Receita Líquida	740,5	632,3	17,1%	641,1	15,5%	2.590,0	1.684,9	53,7%
Lucro Bruto	197,1	178,1	10,7%	192,2	2,5%	692,5	475,3	45,7%
Margem Bruta	26,6%	26,2%	-1,5 p.p.	30,0%	-3,4 p.p.	26,7%	28,2%	-1,5 p.p.
EBITDA	190,6	173,0	10,2%	183,2	4,1%	664,1	448,8	48,0%
Margem EBITDA	25,7%	27,4%	-1,6 p.p.	28,6%	-2,8 p.p.	25,6%	26,6%	-1,0 p.p.

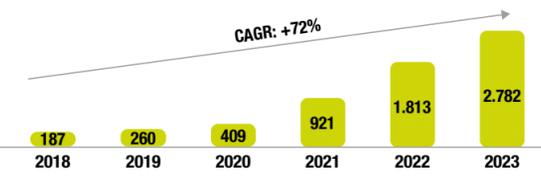
* EBITDA e Margem EBITDA do 2023 ajustado pelas despesas extraordinárias e não caixa da listagem na NYSE.

RECEITA BRUTA									
RESPONSE									
Composição da Receita Bruta - R\$ milhões	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
Receita Bruta	281,5	350,4	363,3	431,8	667,8	627,1	660,4	702,6	791,7
Brasil	77,1	112,5	122,8	159,4	202,5	208,7	244,5	270,9	317,6
Internacional	204,4	237,9	240,6	272,4	465,3	418,4	415,9	431,8	474,1
Latam (ex-Brasil)	50,1	57,9	58,7	44,1	50,3	55,8	54,3	61,7	51,7
Europa	48,1	47,8	50,5	51,8	64,7	56,1	46,0	42,8	42,6
América do Norte	106,2	132,2	131,3	176,5	350,3	306,5	315,5	327,3	379,8

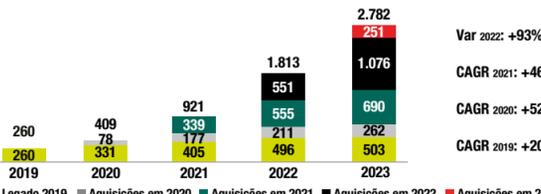
Receita Bruta Trimestral (R\$ milhões)



Receita Bruta Anual (R\$ milhões)



Performance do Crescimento da Receita Anual de Aquisições - Response



Nossas operações tiveram variações de receita conforme esperado. A receita bruta atingiu R\$792 milhões no 4T23, superando em 18,6% a do 4T22 e 12,7% a do 3T23.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Balanços patrimoniais				Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022		
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	30.623	6.708	418.431	271.607				
Contas a receber	5	—	—	803.523	711.892				
Impostos a recuperar	6	624	1.017	78.098	36.128				
Despesas antecipadas	3	3.045	20.398	32.239	37.806				
Adiantamentos a Fornecedores	8	3.643	625	23.125	29.864				
Estoques				34.159	18.128				
Dividendos a Receber	16	30.460	15.298	—	—				
Outras contas a receber		53	42	45.814	36.498				
		68.448	44.088	1.435.389	1.141.923				
Não circulante									
Contas a receber		—	—	3.485	—				
Partes relacionadas	16	129.922	9.993	88.992	26.180				
Impostos a recuperar	6	905	—	2.329	3.246				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	—	1.149	28.800	25.420				
Depósitos judiciais	15	—	—	631	826				
Outras contas a receber		5.196	5.196	32.245	37.599				
Investimentos	7	1.704.050	1.475.160	—	7.620				
Imobilizado	8	736	219	787.561	516.081				
Ativo direito de uso		—	—	89.737	68.275				
Ágio	9	302.650	244.510	1.537.125	1.192.302				
Intangível	9	—	—	358.703	420.197				
		2.143.459	1.736.227	2.928.618	2.297.746				
Total do ativo		2.211.907	1.780.315	4.364.007	3.439.669				

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	—	—	84.369	67.656
Debêntures	11	79.677	84.187	79.677	84.187
Fornecedores	12	—	—	159.585	155.523
Salários e encargos sociais a pagar		439	275	82.768	114.941
Dividendos a Pagar	16	51.060	69.509	70.070	76.909
IR e CS a Recolher		—	—	21.684	12.998
Outros impostos a recolher	13	74	45	51.459	33.719
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	39.450	53.183	183.825	141.698
Passivo de arrendamento	14	—	—	22.620	14.411
Outras contas a pagar		33	29	35.614	36.345
		170.733	207.228	791.771	738.387
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	—	—	617.533	649.762
Debêntures	11	466.073	516.533	466.073	516.533
Outros impostos a recolher	13	—	—	8.638	7.986
Partes relacionadas	16	712.037	671.108	987.605	769.792
Provisão para perdas com investimentos	7	2.199	3.192	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	—	—	187.794	190.833
Obrigações por conta de aquisição de investimento	7	57.728	16.900	168.926	81.728
Provisão para contingências	15	—	—	393	607
Passivo de arrendamento	14	—	—	34.860	32.648
Outras contas a pagar		—	—	13.549	4.305
		1.238.037	1.207.733	2.485.361	2.254.194
Patrimônio líquido	17				
Capital Social		524.924	261.920	524.924	261.920
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		214.393	—	214.393	—
Reservas de lucros		343.609	302.817	343.609	302.817
Transações de Capital		(91.233)	(110.218)	(91.233)	(110.218)
Ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—
Ajuste acumulado de conversão		(188.556)	(89.165)	(188.556)	(89.165)
Resultados Acumulados		803.137	365.354	803.137	365.354
Atribuível ao Grupo		—	—	283.738	81.734
Participação dos acionistas não vinculados ao Grupo		803.137	365.354	1.086.875	447.068
Total do passivo e patrimônio líquido		2.211.907	1.780.315	4.364.007	3.439.669

1. Contexto operacional: A Emergência Participações S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma subsidiária direta da Ambipar Emergency Response ("Emergency" ou "Grupo Response") e indireta da Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. ("Grupo Ambipar") no segmento de Resposta a Emergências, tem em seu DNA o compromisso com questões sustentáveis, atuando no ESG ("Ambiental, Social e Governança") dentro do seu negócio e no apoio aos seus clientes. O Grupo Response atua no atendimento a acidentes com produtos químicos e poluentes, combate a incêndios, emergências ambientais em rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, indústrias, mineração e dutos e desastres naturais. Oferecemos também os serviços ambientais como a limpeza industrial especializada. O Grupo Response é especializado em gerenciamento e resposta a emergência de acidentes com produtos perigosos ou não perigosos em todos os modos de transporte, com bases próprias e presença em 40 países da América do Sul, Europa, África, América do Norte e Antártida. Além disso, disponibiliza bombeiros industriais que atuam nas instalações de clientes e conta com o maior e mais completo campo de treinamento da América Latina, capacitando colaboradores e clientes com a mais completa estrutura voltada para resposta e gestão de emergências em cenários multimodais. Adicionalmente, em setembro de 2022, foi adquirida a Witt O'Brien's líder global do setor de gerenciamento de crises e emergências para clientes corporativos e oferece consultoria no desenvolvimento de programas de emergência e resiliência para o setor governamental dos Estados Unidos. Possui estrutura global com atuação em mais de 45 localidades em diversos países. Em 31 de dezembro de 2023, as participações societárias da Companhia e suas respectivas áreas de atuação são demonstradas na nota explicativa nº 2.4 "Base de Consolidação". **1.2. Eventos relevantes:** Atuação da Combinação de Negócios com HPX Corp. e listagem da Ambipar Emergency Response na NYSE: Conforme detalhado no contexto operacional, o acordo de combinação de negócios com a HPX Corp. ("HPX") capitalizou a companhia em mais de US\$ 174 milhões, com consequente redução da alavancagem da Ambipar, que detém 70,8% do capital e 96,0% dos direitos de voto. Com a listagem, determinadas condições negociadas no âmbito da Combinação

Composição da Receita Bruta R\$ milhões	4T23	4T22	Var. x 4T22	3T23	Var. x 3T23	2023	2022	Var. x 2022	2023	2022	Var. x 2022
Response											
Receita Bruta	791,7	667,8	18,6%	702,6	12,7%	2.781,9	1.813,3	53,4%			
Brasil	317,6	202,5	56,8%	270,9	17,3%	1.041,7	597,2	74,4%			
Faturamento Assinaturas Brasil	41,3	37,0	11,6%	40,3	2,4%	159,4	140,3	13,6%			
Faturamento Serviços Brasil	276,4	165,5	67,0%	230,5	19,9%	882,4	456,8	93,2%			
Serviços Atendidos											
Receita Bruta (R\$ Milhões)	165,5	170,5	204,9	230,5	247,3	49,4%					
Quantidade de Serviços Atendidos	2.594	2.727	3.075	3.237	3.644	40,5%					
Ticket Médio (R\$ Mil)	63,8	62,5	66,6	71,2	67,9	6,4%					

• Receita Bruta Brasil cresceu em todas as comparações impulsionada por prestação de serviços emergency response em especial ferroviário, e por crescimento em environmental response.

• No Brasil a abertura de serviços médicos via aquisição da SMR - agora "Ambipar Response Medical" - dentro da divisão de emergency response, impulsionou serviços por assinatura.

Composição da Receita Bruta R\$ milhões	4T23	4T22	x 4T22	3T23	x 3T23	2023	2022	x 2022	2023	2022	x 2022
Response											
Receita Bruta	791,7	667,8	18,6%	702,6	12,7%	2.781,9	1.813,3	53,4%			
Internacional	474,1	465,3	1,9%	431,8	9,8%	1.740,2	1.216,1	43,1%			
Latam (ex-Brasil)	51,7	50,3	2,8%	61,7	-16,1%	223,5	211,0	5,9%			
Faturamento Assinaturas Latam	36,3	35,5	2,0%	35,8	1,2%	142,8	135,7	5,7%			
Faturamento Serviços Latam	15,5	14,8	4,6%	25,8	-40,1%	80,8	75,3	7,2%			
Serviços Atendidos											
Receita Bruta (R\$ Milhões)	14,8	19,7	19,7	25,8	15,5	4,6%					
Quantidade de Serviços Atendidos	104	95	90	102	89	-14,4%					
Ticket Médio (R\$ Mil)	142,3	207,6	219,4	253,4	173,8	22,2%					

• Receita bruta Latam teve impacto cambial negativo entre o 3T23 vs. 4T23, por conta da valorização do Real em 3,4% frente ao Peso Chileno. A receita em moeda local apresentou decréscimo de 13% por conta da menor quantidade de serviços atendidos.

• Menor volume de emergências no Chile, foi parcialmente compensado por incremento em receita com treinamentos e serviços executados no Peru. O menor volume de emergências também contribui para redução do ticket médio.

Composição da Receita Bruta R\$ milhões	4T23	4T22	x 4T22	3T23	x 3T23	2023	2022	x 2022	2023	2022	x 2022
Response											
Receita Bruta	791,7	667,8	18,6%	702,6	12,7%	2.781,9	1.813,3	53,4%			
Internacional	474,1	465,3	1,9%	431,8	9,8%	1.740,2	1.216,1	43,1%			
Europa	42,6	64,7	-34,1%	42,8	-0,5%	187,6	214,8	-12,7%			
Faturamento Assinaturas Europa	4,3	4,7	-7,5%	4,3	0,2%	18,1	15,8	14,3%			
Faturamento Serviços Europa	38,3	60,0	-36,2%	38,5	-0,2%	169,5	199,0	-14,8%			
Serviços Atendidos											
Faturamento Serviços (R\$ Milhões)	60,0	51,3	41,5	38,5	38,3	-36,2%					
Quantidade de Serviços Atendidos	5.974	5.947	5.798	5.854	5.998	0,4%					
Ticket Médio (R\$ Mil)	10,0	8,6	7,2	6,6	6,4	-36,5%					

• Na variação anual 4T23 vs. 4T22 a queda de receita se deve a grande emergência marítima em oil spill no estreito de Gibraltar.

• As operações da América do Norte continuam sua trajetória de crescimento em serviços industriais e de emergência, com destaque para performance nos EUA. Nossa divisão de emergency response atuou em respostas a vazamentos de óleo onshore com impacto em corpo hídrico, e crescemos em serviços portuários e industriais. A divisão de consultoria de resiliência apresentou performance superior na comparação com o 3T23.

• No Canadá a fusão das empresas de serviços industriais com um competidor de maior porte (Bulldog) contribuiu para dar escala, maior número de serviços, e incrementar as bases na região.

Composição da Receita Bruta R\$ milhões	4T23	4T22	x 4T22	3T23	x 3T23	2023	2022	x 2022	2023	2022	x 2022
Response											
Receita Bruta	791,7	667,8	18,6%	702,6	12,7%	2.781,9	1.813,3	53,4%			
Internacional	474,1	465,3	1,9%	431,8	9,8%	1.740,2	1.216,1	43,1%			
América do Norte	379,8	350,3	8,4%	327,3	16,0%	1.329,0	790,3	68,2%			
Serviços Atendidos											
Receita Bruta (R\$ Milhões)	350,3	306,									

→ **continuação**

quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **2.24. Combinações de negócios:** De acordo com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, é feito o registro dos valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. **Ágio com expectativa de rentabilidade futura:** A Administração considera que a maioria das aquisições realizadas pelo Grupo Response tem como propósito o incremento de posicionamento de mercado e presença geográfica. **Carteira de clientes:** O Grupo Response considera que a carteira de clientes não constitui um ativo relevante nas aquisições, em alguns casos, pois os negócios adquiridos não possuem contratos de longo prazo suficientes para corroborar uma recorrência nos serviços suficiente e estendida para os próximos anos, e que possam ser considerados como um benefício que o Grupo Response terá com essa aquisição. A maioria das relações e acordos existentes com os clientes referem-se a atendimentos regionais nos locais de atuação dos negócios adquiridos. Alinhado com o racional também comentado abaixo, a respeito de "Marcas", a maioria das aquisições são de pequenas empresas locais e com capacidades limitadas de reter clientes. A capacidade é implementada a partir do controle adquirido pelo Grupo Response, com aplicação de melhoria de processos e técnicas aprimoradas. A maior motivação para a aquisição do Grupo Response é de incrementar participação de mercado em diferentes áreas geográficas. Em todas as aquisições se verifica a identificação de ágio com expectativa de rentabilidade futura. O Grupo Response entende que o ágio com expectativa de rentabilidade futura, mencionado acima, é decorrente da expectativa de benefícios futuros, com o incremento de extensão de participação de mercado, inclusive em novos territórios, motivadas pelas aquisições. **Força de trabalho:** O Grupo Response não identifica um ativo intangível relacionado a força de trabalho, baseado em qualificação do pessoal do negócio adquirido, pois não se verifica diferencial de mercado ou alguma vantagem competitiva. A equipe dos negócios adquiridos não possui um treinamento especializado e adicional que poderia contribuir para a negociação. Também, há índices de rotatividade de pessoal que não promovem um diferencial significativo a ser analisado nas aquisições realizadas. Mesmo que existisse, esse assunto estaria alocado em ágio com expectativa de rentabilidade futura, conforme o CPC 15R1. **Marcas:** Nenhum ativo relacionado a marca é identificado nas transações realizadas de aquisição de negócios, visto que não há uma relevante divulgação regional da marca existente dos negócios, quando do momento da aquisição, que sejam expressivas ao ponto de colaborar com contribuição de um valor a ser alocado como um potencial ativo intangível. Adicionalmente, o Grupo Response tem a prática de alterar em todos negócios adquiridos a marca regional e incluir a marca do Grupo Response, divulgando como sendo uma nova aquisição do Grupo Response na região e com a amplitude dos seus negócios, de forma a colaborar para o uso da força da marca do Grupo Response, reconhecida pelo mercado e colaborar comercialmente com a evolução dos negócios locais. **2.25. Despesas antecipadas:** São basicamente desembolsos realizados antecipadamente, que incorrerão ao resultado tão logo as despesas sejam efetivamente realizadas. **2.26. Lucro por ação - básico e diluído:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações preferenciais e ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento contábil CPC 41/IAS 33. **2.27. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado está sendo preparada e divulgada, consistentemente com o pronunciamento técnico CPC 09, em atendimento a legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e regulado pela Comissão de Valores Mobiliários. **3. Gestão de risco financeiro:** A Companhia e sua controlada participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2023 não foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa e instrumentos financeiros compostos com derivativos embutidos. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a) Risco de mercado: (i) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia a sua controlada ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia e sua controlada está atrelada às taxas prefixadas, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela B3, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e arrendamento financeiro:

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	30.530	3.557	4.446	5.336
CDI - Debêntures	545.750	63.580	79.475	95.370
Exposição líquida	576.280	67.137	83.921	100.706

2023	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	127.237	14.823	18.529	22.235
CDI - Empréstimos	701.902	81.772	102.215	122.658
CDI - Debêntures	545.750	63.580	79.475	95.370
Exposição líquida	1.374.889	160.175	200.219	240.263

2022	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	64.158	8.758	10.948	13.137
CDI - Empréstimos	(717.418)	(97.928)	(122.410)	(146.892)
CDI - Debêntures	(600.720)	(81.998)	(102.498)	(122.997)
Exposição líquida	(1.053.980)	(171.168)	(213.960)	(256.752)

2022	Cenários (Consolidado)			
	Base	Provável	Possível	Remoto
CDI - Aplicações financeiras - liquidez imediata	6.708	916	1.145	1.374
CDI - Debêntures	600.720	81.998	102.498	122.997
Exposição líquida	607.428	82.914	103.643	124.371

2023	Cenários (Controladora)			
	Base</			

continuação

desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. 15.2. Movimentação da provisão para contingências: A movimentação da provisão para contingências em 31 de dezembro de 2023, e 2022 estão demonstradas a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Saldo em 1 de janeiro de 2022, Provisões constituídas durante o ano, Provisões utilizadas durante o ano, Saldo em 31 de dezembro de 2022, etc.

15.3. Natureza das contingências: As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbos decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios. As cíveis referem-se a processos movidos por ex-fornecedores e ex-parceiros vinculados à indenização de danos materiais decorrentes da relação comercial que existiu com a Companhia e sua controlada. As controladas possuem contingências classificadas como perda considerada possível em 31 de dezembro de 2023 no montante estimado pelos seus assessores jurídicos de R\$ 982 (Em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.000). 15.4. Contingências ativas: As controladas da Companhia movem ações de cobrança e reconvenção em virtude de recebíveis inadimplentes sustentados pela prestação efetiva dos serviços. O montante das causas, atualizado em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 47.019 (em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 721), cuja estimativa avaliada pelos assessores legais é de provável efeito. Os processos estão sendo conduzidos pelo jurídico interno do Grupo não existindo passivos adicionais em razão de custos e honorários. 16. Partes relacionadas: 16.1. Composição: A principal transação com partes relacionadas na Companhia foi feita nas seguintes condições:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A., etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A., etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ambipar Participações e Empreendimentos S.A., Ambipar Environment Reverse Manufacturing S.A., etc.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Emergência Participações S.A.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Ambipar Emergency Response, Ambipar Green Tech Ltda., Ambipar Compliance Solutions S.A., etc.

Mútuos: São transações de conta corrente realizadas principalmente entre subsidiárias integradas da Companhia, ou seja, controladas em que a Companhia detém o controle total. Essas transações, cujos contratos são por tempo indeterminado e sem remuneração, são realizadas e têm como característica o conceito de centralização de caixa visando a uma melhor gestão dos recursos financeiros.

16.2. Remuneração do pessoal-chave: A remuneração de todos os diretores do grupo que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 77.286 em 2023 (R\$ 35.263 em 31 de dezembro de 2022). Benefícios, como uso de veículo, reembolso, viagens e outros, são concedidos aos dirigentes. Em 2023, esses benefícios totalizaram R\$ 2.025 (R\$ 833 em 31 de dezembro de 2022). Em 2023, não foram pagos benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. 17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado é representado por 439.897.762 ações ordinárias nominativas (261.920.439 ações ordinárias nominativas em 2022), no valor de R\$ 524.924. Em 03 de maio de 2023, a companhia aprovou aumento de capital no valor de R\$ 263.004, com a emissão de 177.977.323 novas ações ordinárias que foram integralizadas mediante a transferência de mútuo existente com a controladora Ambipar Participações. 17.2. Reorganização societária: Em 2021, o Grupo fez uma reorganização e passou a ter 100% do capital social do qual detinha o controle das investidas: Ambipar Holding USA, Ambipar Holding Canada, Ambipar Holding UK, Ambipar Holding Ireland e Inversões Disal que faziam parte do grupo e resultaram em um impacto de \$ 326.056 no patrimônio do Grupo, (ver nota explicativa nº 12).

17.3. Reservas de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos ou para fins que não sejam os previstos para assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Reserva de lucros a realizar: A reserva de lucros a realizar é representada por lucros não distribuídos, em razão de equivalência patrimonial não realizada em suas investidas. Veja abaixo os eventos de destinação dessa reserva de lucros a realizar: Aprovação das alocações de lucros de 2022: Em 28 de abril de 2023 a administração irá propor na Assembleia Geral Ordinária (AGO) a retenção do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, a título de "Reserva de Lucros a Realizar" no valor de R\$ 115.063, que pode ser realizado quando os lucros atribuídos ao resultado da equivalência de investimentos são realizados, por exemplo, com o recebimento de dividendos de subsidiárias e joint ventures. No exercício de 2023, a Companhia distribuirá dividendos no valor de R\$ 38.355, como dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022, sem necessidade de deliberação complementar. Em decorrência do exposto, o lucro líquido da Companhia ficou assim distribuído:

Table with columns: 2022, 2023. Rows include Lucro líquido do exercício, Destinação da reserva legal (5%), Distribuição do resultado do exercício, etc.

17.4. Ajuste Acumulado de conversão: Refere-se substancialmente a variação cambial sobre investidas no exterior e ágio pago na aquisição de negócios em outros países, cujas moedas funcionais são diferentes da Companhia e suas controladas. A variação cambial de investidas no exterior na Controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 88.689, divulgado na Demonstração do Resultado Abrengente. Refere-se a equivalência reflexa existente nas holdings internacionais: Canadá, EUA, Chile, UK. 17.5. Transação de Capital: Refere-se principalmente a uma transação de capital envolvendo a compra pela Companhia em 2021, dos 50% remanescentes da Suatrans Chile S.A. através da aquisição da holding Inversões Disal Emergências S.A. (Chile). Em razão de ser um ágio pago por expectativa de rentabilidade futura em outra moeda funcional, a variação cambial ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi registrada em contrapartida em Ajuste Acumulado de Conversão - Patrimônio líquido. No quadro abaixo é destacado as principais movimentações de transação de capital, envolvendo operações de aquisição de investimento,

A Diretoria

Aos Acionistas e Administradores da Emergência Participações S.A. São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Emergência Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Emergência Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Avaliação de impairment ativo intangível, principalmente ágios com vida útil indefinida: Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9 as demonstrações contábeis consolidadas, a Companhia possui ativo intangível no montante líquido de R\$ 1.913.584 mil, em 31 de dezembro de 2023. A maior parte dos direitos envolvidos estão relacionados às suas operações mercantis e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Companhia realiza teste de impairment, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado, pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado,

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conformidade com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

contorno mencionado na nota explicativa 7.3:

Table with columns: Response, Inversões Disal, Emergências, 2023, 2022. Rows include Ativos e passivos adquiridos a valor justo, Caixa e equivalentes de caixa, Outros ativos, etc.

18. Receita operacional líquida: A reconciliação da receita bruta de prestação de serviços para a receita operacional líquida é como segue:

Table with columns: 2023, 2022. Rows include Receita operacional líquida, Receita bruta de prestação de serviços, Cancelamentos, etc.

19. Custos e despesas por natureza

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Materiais utilizados na prestação de serviços, Pessoal e encargos trabalhistas, Combustíveis, etc.

20. Resultado financeiro líquido

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Descontos obtidos, Juros cobrados, Receitas com aplicação financeira, etc.

21. Imposto de renda e contribuição social: (a) Composição da despesa

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferidos, etc.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto calculado com base em alíquota nominal (Brasil) - 34%, etc.

(c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos: A Companhia registra

Contador: Thiago da Costa Silva - nº CRC SP 248945/O-1 - CPF: 224.653.698-73

o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo no limite de sua realização, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, assim como, demonstra a base de constituição do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, constituído levando em consideração as obrigações existentes em outras jurisdições, demonstrado separadamente no ativo e passivo em razão de serem autoridades tributárias distintas, conforme segue:

Table with columns: Bases fiscais - Ativo, Bases fiscais - Passivo, Imposto de renda - 25%, etc.

22. Seguros: O Grupo possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação. As coberturas contratadas são baseadas em critérios do estudo de riscos e perdidas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Administração, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades do Grupo. As principais em 31 de dezembro de 2023 estão detalhadas a seguir:

Table with columns: Segmento, Ramo, Objeto, Vigência, Seguro. Rows include Response Geral, Responsabilidade Civil, etc.

23. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de fluxos de caixa de investimentos e de financiamentos que não envolveram caixa.

Table with columns: Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos. Rows include Aquisição de imobilizado por meio de financiamento, Saldo a pagar pela aquisição de investimento, etc.

24. Eventos subsequentes: 24.1. Aprovação da precificação de oferta de Green Notes por subsidiária Ambipar Lux S.A.R.L.: Em 31 de janeiro de 2024 a Companhia comunicou que aprovou, em reunião com seu Conselho de Administração, a precificação de uma oferta de Green Notes por sua subsidiária Integral, Ambipar Lux S.A.R.L., no valor total de US\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares estadunidenses), com remuneração de 9,875% (nove inteiros e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, com prazo de 7 (sete) anos e vencimento em 6 de fevereiro de 2031 ("Oferta" e "Notes", respectivamente) com garantia fiduciária outorgada pela Companhia. Os recursos líquidos da Oferta serão utilizados para o refinanciamento de obrigações financeiras contribuindo na melhoria da estrutura de capital da Companhia, sendo ainda aplicados para financiar ou refinaranciar investimentos elegíveis verdes (Green Notes). 24.2. Anúncio do exercício do direito de antecipação de resgate antecipado da totalidade das debêntures de série única: Em 5 de março de 2024 a Ambipar Participações e Empreendimentos S.A. comunica aos seus debenturistas titulares das debêntures da 2ª emissão (AMBP12) e da 3ª emissão (AMBP13), e a Emergência Participações S.A. comunica em conjunto aos seus debenturistas titulares das debêntures da 1ª emissão (EMGP11), que exercerão o direito ao resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures de série única, conforme publicações no jornal O Dia, realizado por ambas companhias na data de 5 de março de 2024. Os Resgates Antecipados Facultativos serão realizados mediante o pagamento total (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Série Única, acrescido; (ii) dos Juros Remuneratórios, calculado por rata temporis e (iii) do prêmio conforme previsto na Cláusula de Escritura de cada Emissão. Até o dia 27 de março de 2024 a companhia liquidou o montante de R\$ 233.738, referente a emissão das debêntures mencionadas acima.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de maio de 2024

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. André Soares Santana Contador-CRC 1 SP 116640/O-8

Advertisement for "JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. AFINAL, O JORNAL É LEGAL." Includes logos for cenp, ANJ, abra legal, and adjoribr.

Ministro do Trabalho defende continuidade de cortes da Selic

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, na quarta-feira (29), que os indicadores positivos de geração de emprego não podem servir como justificativa para a interrupção na trajetória de corte de juros pelo Banco Central (BC). Marinho se referia ao comunicado em que, ao justificar a diminuição do ritmo da queda da taxa de juros básicos (Selic), o BC diz que o mercado de trabalho está apresentando "maior dinamismo que o esperado".

"Não posso aceitar a lógica de que a variação de crescimento dos salários, que ainda estão baixos, seja suficiente para pensar em cessar a redução dos juros que ainda estão altíssimos no país. Espero que o ano termine com menos de dois dígitos", disse o ministro, durante entrevista para comentar o resultado de empregos do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Dados de abril mostram que o Brasil fechou o mês com saldo positivo de 240.033 empregos com carteira assinada. No acumulado do ano (janeiro/2024 a abril/2024), o saldo foi positivo em 958.425 empregos. Nos últimos 12 meses (maio de 2023 a abril de 2024), houve saldo positivo de 1.701.950 empregos.

"Esses indicadores positivos de emprego e de salário não justificam pensar o que a gente tem visto de forma sistêmica em todos os meses pressões contra a redução de juros em razão da economia aquecida. Isso é um alerta para o Banco Central não pensar em interromper as quedas de juros. Pelo contrário, há necessidade da continuidade de redução dos juros reais praticados no

país", acrescentou Marinho.

No início do mês, o BC reduziu a velocidade do corte da taxa básica de juros. Após seis cortes consecutivos de 0,5 ponto percentual, por 5 votos a 4, a instituição reduziu a Selic em 0,25 ponto, passando a taxa para 10,5% ao ano. Diferentemente das últimas reduções, desta vez, o Banco Central não deu nenhuma indicação sobre o que fará nos próximos encontros.

A decisão, apesar de esperada pelo mercado financeiro, foi criticada por políticos ligados ao governo e representantes de setores do comércio e da indústria, que avaliaram que a queda podia

ser maior. O Brasil tem hoje a segunda maior taxa real de juros do mundo, atrás apenas da Rússia, de acordo com o *síte* MoneYou.

"Espero que os cortes continuem, espero que as análises olhem o que está acontecendo no mundo real e quanto os juros impactam na economia, na vida das pessoas, das empresas. Portanto, há necessidade de continuar a reduzir. Não estamos com juros baixíssimos, comparados globalmente. Na verdade, estamos com juros altíssimos globalmente, e isso atrapalha a atividade econômica. A gente espera que o Banco Central olhe com o olhar da necessidade da economia conti-

nuar crescendo e gerando empregos", afirmou.

Marinho disse que as enchentes no Rio Grande do Sul podem afetar os resultados de empregos formais a partir de junho, mas ressaltou que o governo está tomando medidas para que as pessoas consigam voltar o mais rápido possível à "vida normal".

Ainda de acordo com o ministro, somente após as águas baixarem totalmente, vai ser possível fazer o "inventário" final do tamanho da catástrofe em cada município, "em cada rua, em cada residência em cada empresa para a real dimensão da necessidade

das ações de recuperação das cidades e da normalidade da vida das pessoas.

"Vai ter impacto seguramente no emprego do estado, que impactará, seguramente, no país. Ao mesmo tempo, as ações tomadas, após consolidadas, devem ter também impacto positivo, especialmente na indústria, na construção, na venda de materiais de construção. Calcula-se a necessidade de construção de 70 mil habitações, escolas terão de ser reconstruídas, unidades de saúde. E recuperação de estradas, pontes, que já estão em processo", disse o ministro. (Agência Brasil)

Congresso aprova créditos suplementares que somam R\$ 4,7 bi

Em sessão conjunta de deputados e senadores, o Congresso Nacional aprovou na quarta-feira (29) dez projetos de lei com créditos suplementares que somam R\$ 4,7 bilhões. Os recursos são destinados a diversos órgãos do Executivo, do Judiciário e ao Tribunal de Contas da União (TCU), sendo a maior parte destinada à área da saúde. O texto agora vai à sanção presidencial.

O maior remanejamento, de R\$ 2,854 bilhões, antes previstos para diversas áreas, agora, quase todo, vai para o Ministério da Saúde, "para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

O senador Marcelo Castro (MDB-PI) explicou que a proposta foi resultado de um acordo de lide-

ranças partidárias para transferir as emendas de várias comissões da Câmara e do Senado para as comissões de Saúde das duas casas.

"Remanejamento foi Proposto pelo Executivo, a pedido das lideranças do Congresso Nacional, tendo em vista que há um consenso geral de que a área prioritária, neste momento da gestão pública, é a área de saúde", disse Castro.

Um valor menor, de R\$ 6,1 milhões, vai para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para infraestruturas de segurança hídrica.

O segundo projeto com maior valor aprovado, de R\$ 873 milhões, a maior parte dos recursos vai para os fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Cen-

tro-Oeste, para projetos de ampliação do setor produtivo.

Outro projeto aprovado destina R\$ 426 milhões em créditos suplementares para o pagamento de pessoal da Justiça do Trabalho, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os ministérios da Defesa e do Turismo contarão com R\$ 256 milhões. De acordo com o Executivo, o Exército deve usar parte desse dinheiro para as obras de duplicação da Rodovia GO-213, em Araguari (MG), e para a construção da Barragem de Arvorezinha, em Bagé (RS).

Foram abertos R\$ 182 milhões em créditos para fomento do setor agropecuario, e R\$ 59 milhões para viabilizar o acordo com a

Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (Cern).

Outros R\$ 7,4 milhões de créditos vão para o Ministério da Educação. Nesse caso, o crédito vai beneficiar estudantes de baixa renda da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina (PE).

A Defensoria Pública da União e o Ministério Público receberão R\$ 1,8 milhão, para pagar servidores que atuam no exterior e para contribuições para organismos internacionais.

Foram destinados ainda R\$ 19 milhões para atender a Presidência da República para o pagamento das representações do país no exterior, além de despesas militares em atividades da Presidência. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente Conheça seus Direitos

Os Ventos da Reforma Tributária

Por Nicholas Maciel Merlone

Todo Estado deve firmar um sistema tributário que arrecade verbas para os cofres públicos, cumpra os princípios constitucionais e, ainda, observe os direitos dos contribuintes. No Brasil, apenas com a chegada da Emenda Constitucional (EC) n. 18/1965, o Estado pátrio conferiu solidez ao sistema tributário. Isto levou a promulgação do CTN (Código Tributário Nacional) em 1966 pela Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro. Nesses ventos, o Sistema Tributário Nacional se trata do grande tecido e edifício de regras e princípios que costumam e sustentam toda a tributação em nosso País. Tal sistema reside na Constituição Brasileira (CB), sendo regulamentado por leis complementares e ordinárias, além de resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais, de acordo com o artigo 2º do Código Tributário Nacional (CTN). Nos últimos tempos, o CTN sofreu modificações, tendo vários dispositivos revogados, porém permanece como a mais importante ferramenta forense do direito tributário em terras brasileiras. Para extrair o máximo proveito da disciplina, deve-se conciliar o CTN com as disposições constitucionais tributárias. Neste artigo, feita essa abordagem inicial e introdutória necessária, trataremos da Reforma Tributária.

A Reforma Tributária ocorreu por meio da Emenda Constitucional (EC) n. 132/2023. Apesar de depender das leis complementares e ordinárias (leis infraconstitucionais) para firmar e efetivar as novas normas constitucionais, a reforma substituiu cinco tributos por um, qual seja: o Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual - 1) IVA Federal (CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços - que substitui o PIS, a Cofins e o IPI); e 2) IVA estadual, municipal e DF (IBS - Imposto sobre Bens e Serviços - que substitui o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) - de padrão internacional, que institui o imposto seletivo ("do pecado"), que incide sobre bebidas alcoólicas e açucaradas, além de cigarros e ofensivos ao meio ambiente; também elegerá alíquota padrão, firma regimes específicos e benefícios para certos bens e serviços, cria a cesta básica nacional de alimentos, mantém a Zona Franca de Manaus, estipula normas de transição do modelo vigente para o novo, dentre outras disposições e modificações. No contexto da reforma, há regimes benéficos para certos bens e serviços. A Lei Complementar (LC) que criar o CBS e o IBS irá reger os regimes favorecidos de tributação, enquanto que permanecem uniformes no território nacional e que se faça os ajustes nas alíquotas de referência para equilibrar a arrecadação do âmbito federativo. Tal LC definirá as operações favorecidas com redução de 60% das alíquotas dos tributos (CBS e IBS) concernentes a bens e serviços, dentre os quais: a) serviços de saúde e educação; b) dispositivos médicos e de acessibilidade para deficientes; c) medicamentos; d) produtos de cuidados básicos à saúde menstrual; e) serviços de transporte público coletivo; f) produtos agropecuários; g) produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional; e, muito importante, h) bens e serviços ligados à soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética. Outro ponto relevante se trata de que a LC prescreverá as operações favorecidas com redução de 30% das alíquotas dos tributos (CBS e IBS) concernentes à prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, contanto que sujeitas a controle por conselho profissional.

Finalmente, segundo a reportagem da revista *Isto É Dinheiro*, O Impacto da Reforma Tributária, o fato consiste na "primeira grande reforma no sistema tributário brasileiro desde a promulgação da Constituição, em 1988". E também: "torna menos inadequadas e anacrônicas as regras fiscais brasileiras; redesenha e redireciona benefícios para quem precisa; coloca o Brasil em linha com práticas dos países desenvolvidos.", além do impacto positivo na cadeia industrial do país, segundo a Fiesp. E ainda: "em 15 anos, a reforma pode aumentar em 12% o PIB e em 20% os investimentos.". Para os políticos, "o objetivo da reforma é tornar o regime tributário mais justo, eficiente e transparente." Assim, os ventos da reforma tributária sopram em boa direção...

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



Barroso dá 72 horas para SP explicar edital de câmeras para polícia

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, deu 72 horas para o governo de São Paulo se manifestar sobre o edital para compra de câmeras corporais para a Polícia Militar. A decisão do ministro foi tomada após a Defensoria Pública de São Paulo e entidades de direitos humanos defenderem na Corte mudanças no edital. O documento publicado pelo governo paulista também recebeu críticas de organizações da sociedade civil.

Barroso pediu que o governo paulista envie ao Supremo informações sobre regras para

gravação de imagens de forma ininterrupta, prazo para armazenamento das imagens captadas e sobre políticas públicas para destinação de câmeras a batalhões que realizam operações policiais.

O ministro também quer saber se há adequação do edital às normas para o uso de câmeras corporais, definidas na terça-feira (28) pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Após receber a manifestação do governo paulista, Barroso vai decidir se o edital será mantido. A Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Ministério Público

de São Paulo também vão opinar sobre a questão. Não há prazo para a decisão.

Pelas regras do edital, lançado na semana passada, o acionamento do equipamento de gravação poderá ser feito pelo próprio policial ou por uma central de operações da polícia. Dessa forma, a gravação pode ser interrompida durante as operações.

Na petição enviada ao Supremo, a defensoria e as entidades pedem que o presidente do STF, relator do caso, garanta que o edital contemplará câmeras com gravação automática que não dependem do acionamento pelo

militar ou remotamente por um gestor, em uma central, por exemplo.

As partes também querem que as câmeras sejam destinadas aos batalhões que realizam operações policiais, além do armazenamento das gravações por 60 dias.

Após receber críticas de diversas entidades, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo disse que o edital foi estruturado a partir de estudos técnicos e da análise da experiência do uso da tecnologia por forças de segurança em outros países. (Agência Brasil)

Ajuda a empresas gaúchas terá verificação de estragos, diz ministro

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse na quarta-feira (29) que o pacote de R\$ 15 bilhões anunciado pelo governo federal para empresas gaúchas atingidas pelas enchentes será destinado apenas às que tiverem danos comprovados por autoridades.

"Esses valores serão restritos às empresas atingidas, alcançadas pelo desastre. Quero deixar isso muito claro. Não é porque a empresa está no mesmo município e, na unidade produtiva dela não houve nem uma gota, ela não tem por que acessar esse crédito", disse o ministro.

"Será conferido, pelas manchas de inundação, pelas manchas de correnteza do desastre, a comprovação de que as empresas foram alcançadas", explicou durante entrevista coletiva em Porto Alegre.

Segundo o ministro, os recursos serão voltados desde pequenos negócios até grandes empresas, incluindo o agronegócio. "Todos os segmentos produ-

tivos estão atendidos. Vamos seguir monitorando, pegando no pulso para ver o que precisa ser melhorado, aperfeiçoado. E fazemos medidas de refinamento caso se façam necessárias".

O ministro Rui Costa lembrou que, na quinta-feira (30), começaram a ser pagos pela Caixa cerca de 34 mil benefícios, no valor de R\$ 5.100, para famílias afetadas pelas enchentes. "Processamos 75 mil pedidos de benefícios. Pelo número de benefícios, expliquei isso aos prefeitos, estamos solicitando que possam nos ajudar no sentido de nos dar mais bancos de dados, matrícula escolar, atendimento em postos de saúde, para que a gente melhore o cruzamento".

O ministro explicou os casos em que a família não vai receber o benefício nesta quinta-feira. "Aqueles que não estão recebendo amanhã [30], é o caso de 13 mil pessoas, por exemplo, que conseguimos identificar o endereço nos cruzamentos, mas o en-

dereço que identificamos não coincide com o que ela declarou para solicitar o benefício. Agora, estamos devolvendo o cadastro para o município para que, eventualmente, se a pessoa se mudou recentemente, não atualizou o seu endereço, ela possa junto ao município apresentar um comprovante, ou até mesmo os vizinhos testemunharem que, de fato, a pessoa morava lá. Mas quero insistir, encontramos o endereço, só que é em outro lugar".

Há ainda, segundo o ministro, cerca de 12 mil solicitações de benefícios que estão sendo refinadas pelo governo federal em razão de múltiplos pedidos para um mesmo endereço.

"São pessoas que declararam - duas, três, quatro pessoas - solicitando benefícios com o mesmo endereço, na mesma unidade habitacional. O benefício é por família. Vamos pedir o refinamento junto à prefeitura para identificar. É uma casa em que uma família mora no primeiro an-

dar e outra no segundo, mas a casa só tem um número? São duas famílias, ok, têm direito. É uma família só, mas o filho se cadastrou como um, o pai se cadastrou como outro, a mãe se cadastrou como outro? Não faz jus três benefícios numa mesma família".

De acordo com Rui Costa, na sexta-feira (31), o governo federal deve disponibilizar um novo número de famílias beneficiadas pelo Auxílio Reconstrução no Rio Grande do Sul. "Vai depender do processamento. A expectativa nossa é que, com esse cruzamento, a gente chegue próximo a 90 mil famílias. Estamos rodando os computadores. Na sexta, a gente vai disponibilizar para que as pessoas entrem no Gov.br e confirmem os dados".

O ministro informou que a lista será publicada duas vezes por semana. "Na sexta-feira, sai uma lista, na terça-feira, sai outra lista. E vamos seguir fazendo pagamento e anunciando a lista duas vezes por semana". (Agência Brasil)

TSE selecionará novos servidores em concurso previsto para setembro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou na quarta-feira (29) edital de concurso público para seleção de novos servidores e formação de cadastro reserva para a Justiça Eleitoral em todo o país. Estarão em disputa 389 vagas, sendo 116 para o cargo de analista judiciário e 273 para

técnico judiciário. Os salários variam entre R\$ 8,5 mil e 13,9 mil.

As provas serão realizadas em 22 de setembro deste ano. As inscrições podem ser feitas no *síte* do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), banca organizadora do concurso,

entre os dias 4 de junho e 18 de julho. O valor da inscrição para o cargo de analista é de R\$ 130 e, para o de técnico, de R\$ 85.

O concurso será unificado e vai distribuir os candidatos aprovados entre o TSE e 26 tribunais regionais eleitorais (TREs). O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do

Tocantins não participa da seleção, porque tem concurso próprio com prazo de validade vigente.

A seleção tem sistema de cotas e prevê reserva de 20% das vagas para pessoas negras, 10% para pessoas com deficiência e 3% para indígenas. (Agência Brasil)